



PUC-SP

Prof. Dr. Rubens R. Sawaya
Pontifícia Universidade Católica De
São Paulo - Programa De Estudos
Pós-Graduados em Economia Política

Brasil, retrato de uma tragédia anunciada

1. SITUAÇÃO ECONÔMICA

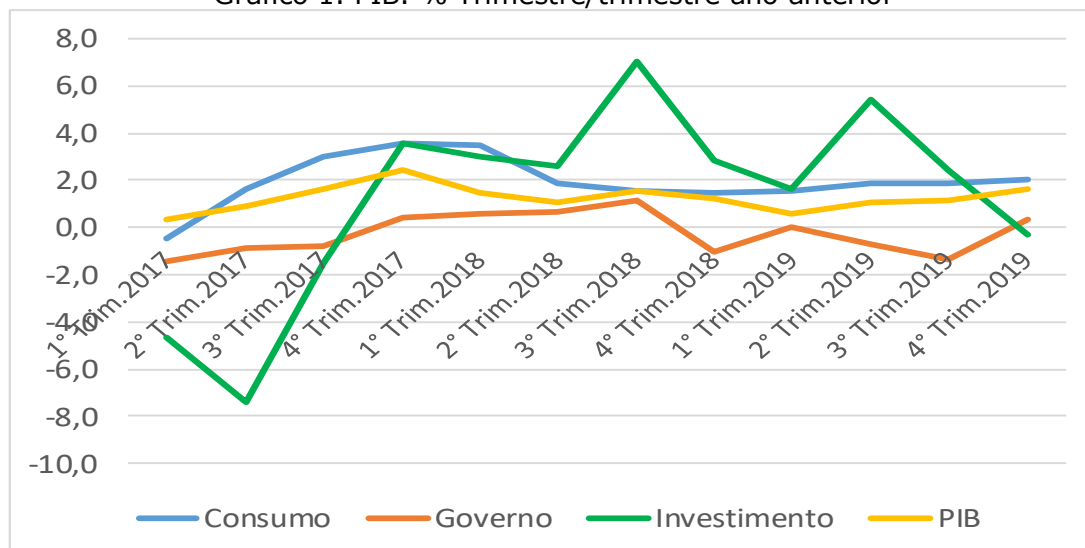
ATIVIDADE ECONÔMICA

O Brasil terminou o ano de 2019 com sua atividade econômica estagnada e em movimento descendente, apesar de o governo afirmar que a atividade econômica estaria “decolando”. Mesmo nos primeiros três meses de 2020, antes da pandemia do covid-19 que atingiu o país com força a partir do final de março, a atividade econômica não mostrava sinais de recuperação. Ficou só nas palavras. Estava claro que não havia condições para retomada da economia diante da manutenção da política de

austeridade fiscal, mesmo antes da pandemia.

Dada a baixa demanda e o elevado desemprego, praticamente estagnado em torno dos 12%, a queda nas taxas de juros diante da baixa inflação em nada mudou a expectativa dos agentes. O investimento seguiu tendência de queda e o consumo permanecia estagnado (Gráfico 1). O ajuste fiscal, a reforma da previdência, a reforma da legislação trabalhista e todas as outras, implicaram em cortes de gastos e diminuição do fluxo de renda, em nada ajudaram a mudar as expectativas dos agentes e promover crescimento.

Gráfico 1. PIB. % Trimestre/trimestre ano anterior

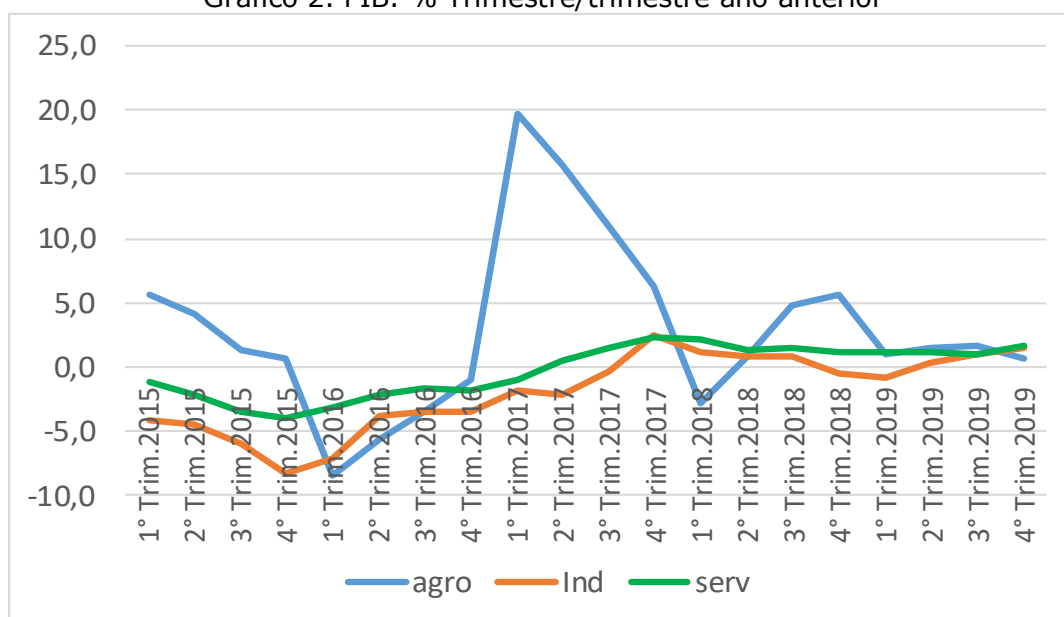


Fonte: IBGE

Quando se toma os setores da economia (Gráfico 2.), é possível observar a tendência à estagnação pela qual passava a economia no final de 2019. Destaca-se o baixo crescimento do setor agropecuário por

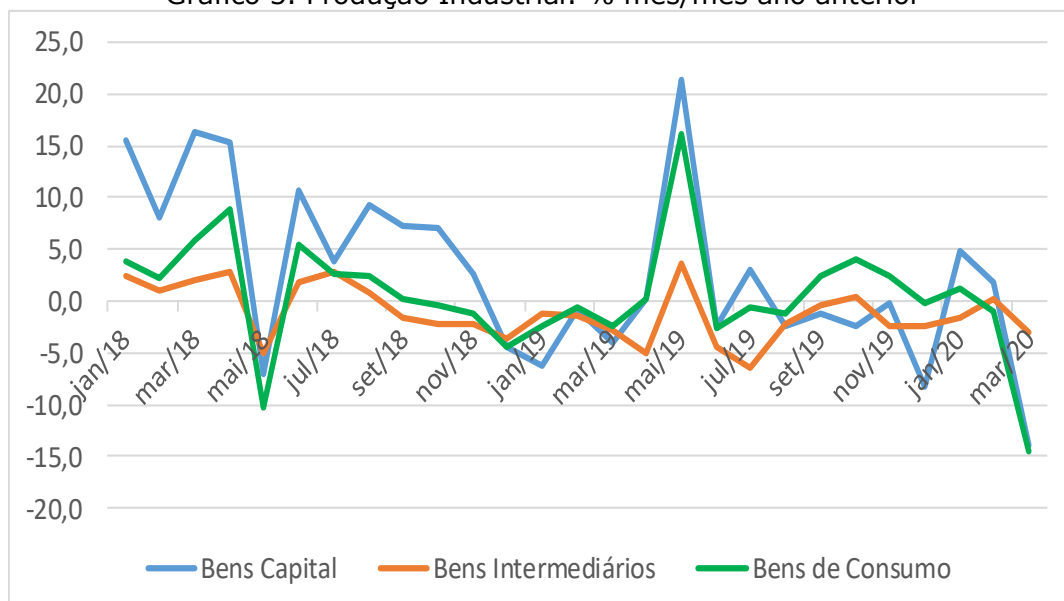
conta da diminuição de preços. De outro lado, pode-se também notar uma ligeira recuperação, no final do ano, na produção industrial, mas que não se manterá no início de 2020.

Gráfico 2. PIB. % Trimestre/trimestre ano anterior



Fonte: IBGE

Gráfico 3. Produção Industrial. % mês/mês ano anterior



Fonte: IBGE

Com a crise da pandemia que começou na China e atingiu rapidamente a Europa, a queda nas bolsas internacionais anunciaram o desastre que viria pela frente. No Brasil foram dois dias de "circuit break" com enorme queda nas cotações e, em consequência, observou-se uma desvalorização cambial pela saída de capitais do país. A fuga de capitais do Brasil já vinha ocorrendo desde 2019, com pressões sobre a taxa de câmbio. Portanto, a crise da covid-19 apenas piorou uma situação que já era grave há 5 anos.

A queda nas taxas de crescimento da produção industrial (Gráfico 3) já vinha se apresentando desde 2019. Os primeiros efeitos da estagnação provocada pela pandemia podem ser vistos na queda abrupta em março. Estimativas mostram que a atividade econômica caiu mais de 5% com relação a fevereiro puxada pela queda na indústria (7,5%), serviços (6,5%) e agropecuária (2,2%). No mesmo período, o consumo das famílias caiu 6,5% e o investimento 5,8%. Vale lembrar que o isolamento social começou apenas em meados do mês de março. Isso significa que os dados já eram ruins antes, e o crescimento que se anunciava no início do ano, já não era realidade.

A elevação da taxa de desemprego para 12,6% no mês de abril mostra os impactos da pandemia no mercado de trabalho. Esse percentual talvez não reflita de fato o desemprego por conta do volume de trabalhadores que deixaram de procurar emprego. Perderam o emprego 240 mil pessoas em março e 860 mil em abril com destaque para o setor serviços (362 mil), comércio (230 mil) e indústria (196 mil).

As expectativas para o PIB no primeiro trimestre de 2020 apontam uma queda entre 1,5% e 2,5% em comparação ao último trimestre de 2019. Para o ano, são previstas queda no PIB entre 5% e 10% em 2020.

A incompetência do governo em lidar com a parada da economia por conta da pandemia e o caos político deve prolongar e aprofundar a crise econômica. Desde seu início, em meados de março, até o final de maio o número de mortes só vem crescendo e já atinge 1000 por dia sem sinais de retração. A tentativa de elevar o isolamento social acima de 50% não teve sucesso, dado que, precariamente, grande parte da população teve que tentar manter suas atividades por falta de opção.

Os grandes bancos estão confortavelmente líquidos. As grandes

empresas estão capitalizadas e podem aguentar meses paradas. Já as pequenas e médias empresas estão em vias de quebrar e não tiveram qualquer ajuda do governo. A política anunciada de fornecer crédito via bancos privados, na esperança de que "o mercado" fizesse a tarefa, não funcionou. Apesar da importância dos bancos públicos no Brasil, o governo os obrigou a atuar como se fossem privados.

A ajuda financeira a Estados e Municípios, tanto para os gastos com a pandemia, como para impedir a queda mais forte da economia, foi bloqueada pelo governo federal por ser este contra as políticas de isolamento adotadas. Na guerra entre governo federal e Estados, a proposta ainda não se concretizou.

Por isso, o desemprego cresce, a estrutura produtiva é corroída e a crise, que poderia como em outros lugares do mundo durar 3 meses de estagnação, se prolongará muito mais.

A opção do governo central foi criar um auxílio de R\$ 600,00 (pouco mais de US\$100) mensais por 3 meses para beneficiar 50 milhões de pessoas nos mais baixos extratos de pobreza. Por diversos problemas, muitos não conseguiram ter acesso aos recursos – descobriu-se que mais de 3 milhões de pessoas não tinham sequer documentos.

Esse auxílio, se corretamente ajuda os mais pobres, pouco impacto tem sobre a sustentação da atividade econômica. Por isso, a política de ajuda deveria atingir pequenas e médias empresas para sustentar os

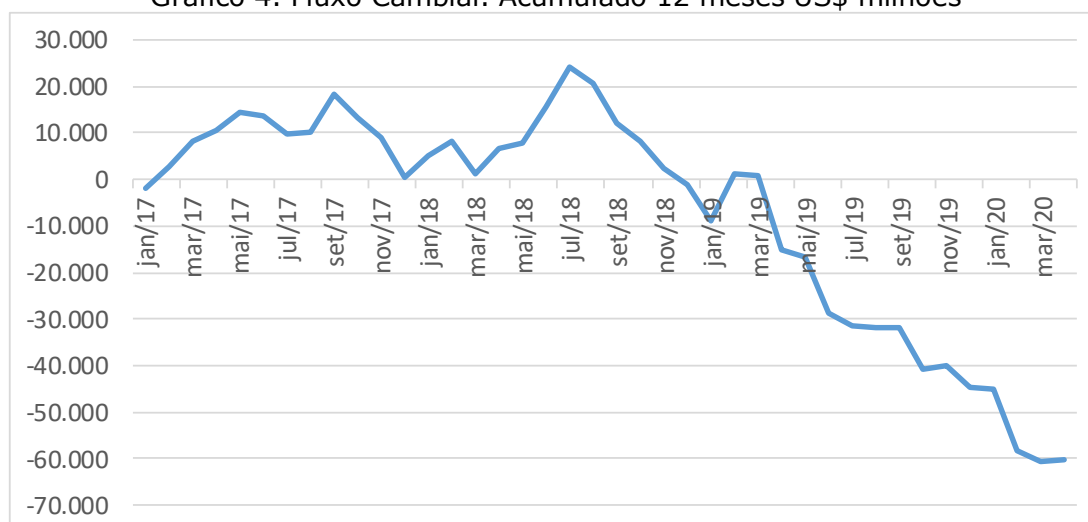
empregos e evitar quebras. Não foi feito por conta da obsessiva preocupação do Governo com a questão fiscal. É essa mesma preocupação que impede a ajuda aos Estados e Municípios para além da disputa política, bem como a insistência do Governo central em acabar com o isolamento social em meio à fase mais aguda da pandemia.

SETOR EXTERNO

Depois de anos de estagnação e políticas contracionistas com o objetivo de gerar confiança no investidor estrangeiro, imaginando ser esta a solução para a falta de investimentos no Brasil, a fuga de capitais apenas se eleva. Em 2019, esse movimento já era visível e o fluxo cambial acumulado em 12 meses até dezembro daquele ano era US\$44.769 milhões. Hoje, até abril, acumula uma saída de US\$60,319 milhões (gráfico 4).

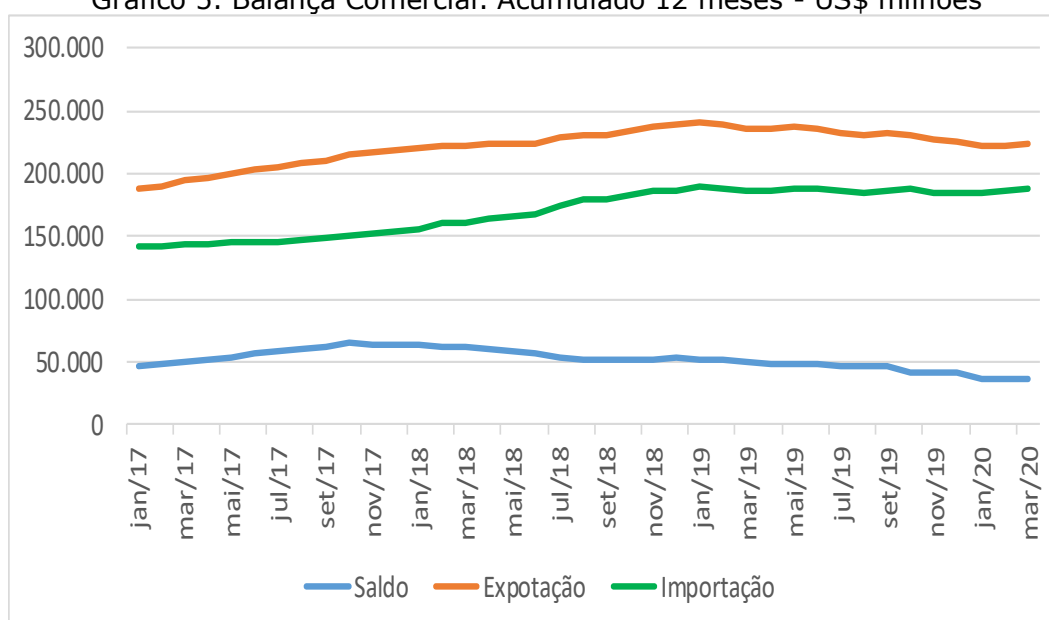
Ao contrário do imaginado, os investidores estrangeiros estão retirando seus recursos do país desde 2019, o que demonstra não ser a crise provocada pelo Covid-19 o verdadeiro motivo da fuga. Este se deve, de um lado, pela estagnação econômica que abala a confiança e qualquer aposta de futuro no Brasil, fato que se reflete em parte na fuga da bolsa de valores; e de outro, pela queda na taxa de juros que expulsa o capital especulativo, o que não é de todo ruim dado que eram recursos que viviam em parte das elevadas taxas de juros pagas pelo Estado Brasileiro.

Gráfico 4. Fluxo Cambial. Acumulado 12 meses US\$ milhões



Fonte: BCB

Gráfico 5. Balança Comercial. Acumulado 12 meses - US\$ milhões



Fonte: MDIC

Em se tratando da Balança Comercial, o saldo (Gráfico 5) mantém-se positivo, apesar do declínio de 27% no acumulado de janeiro a abril de 2020 comparado com o mesmo período de 2019. Isso se deve à queda de 4,5% nas exportações e estabilidade nas importações. O que mantém o volume exportado (os preços caíram) é o mercado da Ásia com foco em commodities, produtos de baixo valor agregado, mas que representam 67% do total exportado. Em abril, as exportações para a China cresceram 30% contra o mesmo mês de 2019, o que demonstra a rápida

retomada da economia deste país pós-pandemia. Por conta disso, as exportações de commodities do Brasil cresceram mais de 8% no primeiro quadrimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado.

Por enquanto, a truculência do governo brasileiro em relação à China não tem causado muitos estragos devido ao pragmatismo chinês. Esse país é o principal importador de produtos brasileiros, responsável não apenas pelo saldo comercial, mas pela força do agribusiness do Brasil. A China é muito importante para o Brasil, mas o Brasil não é importante

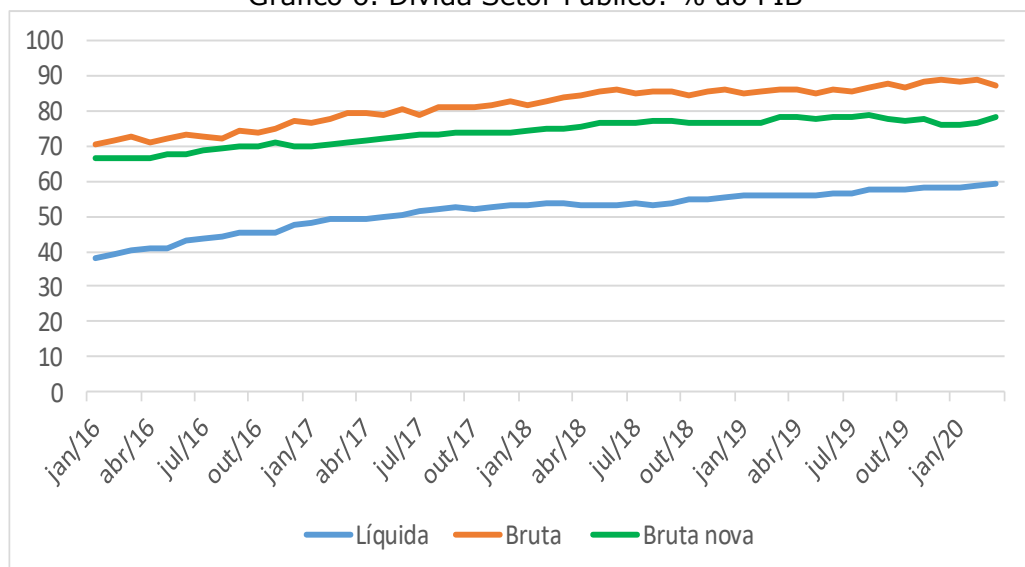
para a China que tem outros fornecedores de commodities, como EUA (grãos) e Austrália (minério). Esses dois países são muito importantes como mercados para as exportações chinesas e o Brasil não é, ainda mais diante da crise política e econômica que atravessa há anos.

De outro lado, a queda do saldo comercial deve-se à crise argentina que também vinha se perpetuando e agora agrava-se com a pandemia. No primeiro quadrimestre de 2020, as exportações brasileiras para a Argentina caíram 45% comparando-se com o mesmo período de 2019 e, para outros países da América Latina, recuaram 40%. As exportações para os EUA também caíram em 26%. Vale lembrar que esses mercados são os mais importantes para o fluxo comercial de produtos manufaturados.

SETOR PÚBLICO E POLÍTICA FISCAL

A obsessão do Governo pelo ajuste fiscal tem criado muitos problemas e o impede de resolver a atual crise. E, o mais interessante, quanto mais obstinadamente persegue um superávit fiscal, mais a situação se deteriora. O problema está em acreditar que o ajuste fiscal é possível com cortes de gastos públicos. O Brasil corta gastos há 5 anos e a dívida pública como proporção do PIB só cresce (gráfico 6). O resultado óbvio é a queda na atividade econômica e, por consequência, a diminuição na arrecadação frente aos gastos. O resultado tem sido desemprego muito elevado, economia há anos estagnada, e claro, em economia parada com excesso de capacidade e inflação baixa, o que alguns economistas, erroneamente, afirmam ser resultado da promessa de um ajuste fiscal que nunca é alcançado.

Gráfico 6. Dívida Setor Público. % do PIB



Fonte: BCB

Gráfico 7. Déficit Primário R\$ milhões



Fonte: BCB

A dívida pública como proporção do PIB não parou de crescer nos últimos 5 anos. Diminuiu um pouco o ritmo de crescimento a partir da queda nas taxas de juros e diminuição do déficit primário (gráfico 7), mas continua em ascensão atingindo 90% ou 80% do PIB, segundo o método de mensuração (gráfico 6). Se apresentou desaceleração em 2019, volta a crescer em 2020 e deve alcançar 100% do PIB por conta da pandemia que custará mais caro do que se tivesse havido um combate organizado à crise.

A arrecadação fiscal caiu 7,5% de janeiro a abril de 2020 sobre o mesmo período de 2019. Apenas em abril, refletindo a pandemia, a queda real chegou a quase 30% sobre abril de 2019. A expectativa é de que o déficit primário chegue a algo entre 8% e 10% do PIB em 2020. Em abril o déficit foi de 16% do PIB médio mensal estimado.

Pior, o crescimento da dívida ocorrerá também por conta da compressão de receitas, dado que o Governo está fazendo tudo para não elevar as despesas como as ajudas a Estados e Municípios, bem como complemento de renda para empresas médias e pequenas ou mesmo sustentação de salários.

Por isso a crise será mais forte e a queda na arrecadação maior. Também será mais forte pela não adoção de formas de controle sobre a pandemia, que levou a uma baixa adesão da população que foi obrigada a continuar trabalhando por não encontrar suporte financeiro do Governo, o que evitaria uma quebra generalizada de empresas e uma taxa de desemprego em níveis socialmente insustentáveis. Por isso as mortes chegam a mil por dia.

Em uma economia deflacionária, em meio a uma crise profunda, a afirmação de que o Estado não tem dinheiro, sendo que é emissor de moeda, acabará por tornar a dívida pública explosiva, sem frear a queda na atividade econômica.

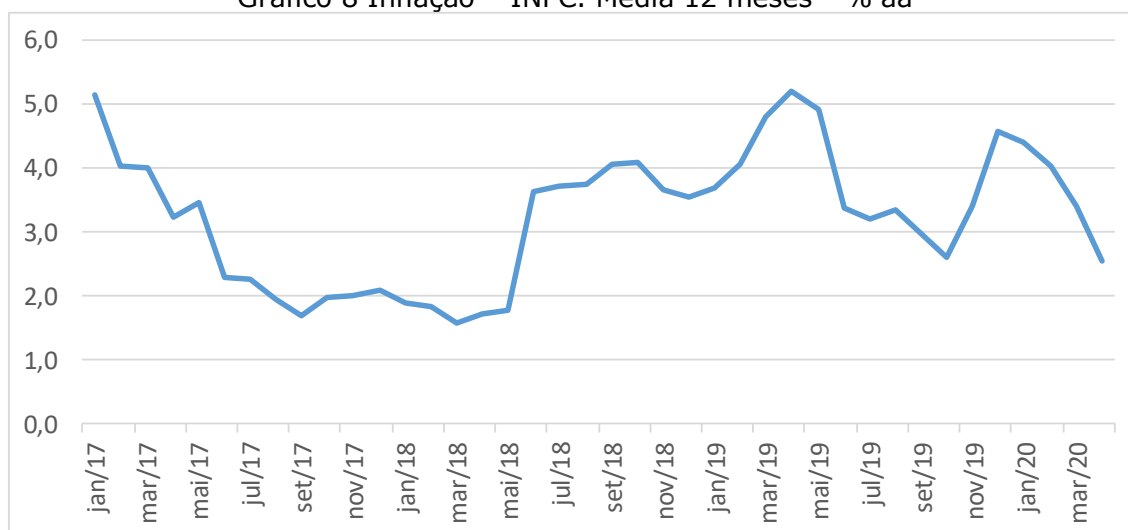
Por conta disso, o Governo deseja amarrar a ajuda a Estados e Municípios às reformas que são contracionistas. E já promete, logo após o fim da pandemia, iniciar um novo processo de ajuste do setor público ainda mais forte, o que provocará ainda mais baixa no crescimento. Não se sabe se o país aguentará.

POLÍTICA MONETÁRIA INFLAÇÃO E TAXA DE CÂMBIO

A crise econômica – e não a promessa de ajuste fiscal em abstrato – leva a uma deflação e a pressões para queda na taxa de juros. Dado o tamanho da recessão nos últimos anos, as taxas de inflação já vinham caindo a partir de 2017. Nem as desvalorizações cambiais reais que ocorrem desde

então e que impactam os custos das empresas industriais têm força para pressionar a inflação. Em abril de 2020, todos os índices foram negativos, resultado que deve se repetir em maio. A queda nos preços no Brasil varia entre 0,23% e 0,50% (variação negativa) a depender do índice.

Gráfico 8 Inflação – INPC. Média 12 meses - % aa



Fonte: IBGE

A queda nas taxas de inflação foi o motivo principal para forçar o Banco Central a baixar as taxas de juros. Mesmo assim, em meio a crise agravada pela pandemia, a taxa básica de juros ainda está em 3% ao ano, muito elevada para os atuais padrões internacionais em ambiente de crise. E, as taxas de juros do mercado mantêm-se em níveis bastante elevados, da ordem de 20% ao ano em média.

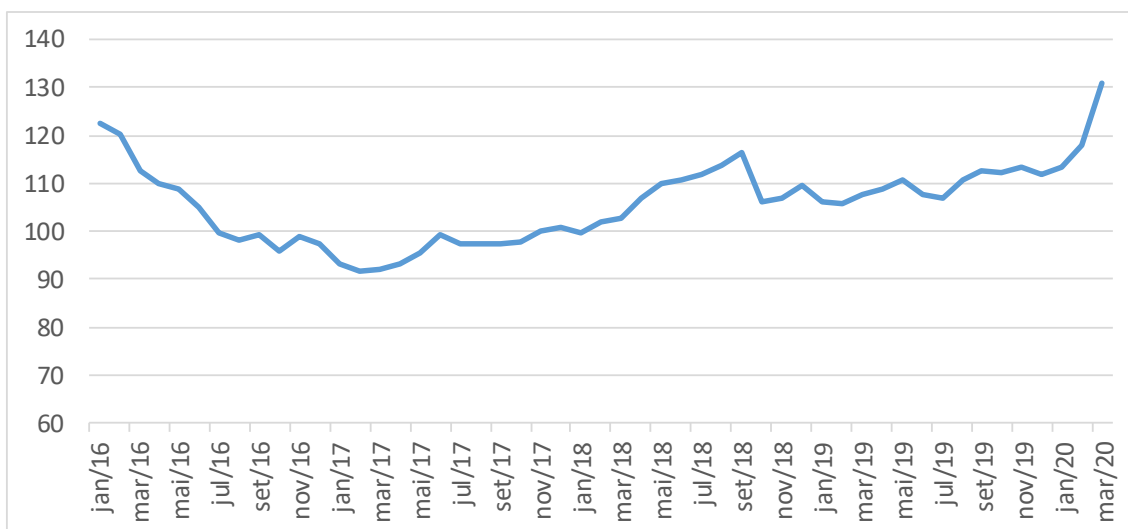
Como política de combate à crise provocada pela pandemia, o Banco Central forneceu aos bancos privados enormes aportes de liquidez. O objetivo esperado era que baixassem os juros e fornecessem crédito às empresas para evitar quebras. Mesmo assim, os bancos privados repassam recursos à taxas superiores a 3,5% ao ano, baixa para seus padrões, mas ainda muito elevada para as empresas estranguladas pela parada da

atividade econômica. Além disso, esse crédito não alcançou a maior parte das pequenas e médias empresas.

O resultado foi que os recursos acabaram empoçados nas mãos dos maiores bancos, tanto pelo risco normal que calcula, como pela dificuldade das empresas em tomar os empréstimos, dado o próprio custo e as exigências de garantias impossíveis em situações de crise. Sobra liquidez em depósitos à vista dada a baixa nas taxas das aplicações financeiras em fundos.

De outro lado, o governo também não utilizou os bancos públicos como deveria, deixando-os atuar pela mesma lógica dos bancos privados. Assim, a crise de inadimplência se agrava. No fim, apenas as grandes empresas tiveram acesso ao crédito.

Gráfico 10. Taxa de Câmbio Real. (Índice)



Fonte: BCB/IBGE

Se não existe pressão inflacionária por conta da forte crise que a economia vem atravessando e que ora se agrava, a taxa de câmbio poderia pressionar os preços para cima. Apenas a recessão impede. A fuga de capitais nos mercados financeiros – já apontada acima e que resulta não apenas da crise econômica, mas também da crise política – levou a fortes desvalorizações cambiais.

A desvalorização cambial pouco ajuda as exportações de manufaturados dada a crise mundial, principalmente dos mercados para os quais esses produtos se destinam. De outro lado, impacta negativamente no balanço das empresas endividadas em dólares, gerando algum estresse nos mercados. De qualquer forma, as grandes empresas estão protegidas por operações de Hedge e, muitas delas, são também exportadoras. Portanto, principalmente sobre as grandes empresas, o impacto da desvalorização não será grave.

2. PERSPECTIVAS ECONOMICAS

É difícil traçar perspectivas no meio da enorme crise econômica, crise de saúde pública e política. No Brasil, as três vieram conjugadas, formando quase

que uma tempestade perfeita (pode-se consultar [Crise no Brasil: econômica, sanitária e política](#)).

Para o ano, são previstas queda no PIB entre 5% e 10% em 2020. O Banco Central do Brasil trabalha com uma queda de em torno de 5,2% no PIB de 2020, seguindo as tendências dos bancos (Boletim Focus). O FMI, em abril, apontava para queda de 5,3%. Nossas projeções e de alguns economistas do mercado apontam que na pior hipótese pode até chegar a 10% de queda, dado o conjunto de crises. O fato é que ainda não se tem elementos para saber o verdadeiro impacto da pandemia. Com os dados de maio a abril não é possível traçar uma tendência segura. Os modelos tradicionais utilizados não conseguem captar o movimento dado que a pandemia se trata de um fenômeno completamente novo. Se mesmo antes da crise provocada pela pandemia, as instituições (FMI, mercado financeiro e Banco Central) vinham errando suas projeções ano a ano, neste momento está muito mais difícil prever, mesmo com base em informações qualitativas.

A julgar pela recuperação da economia mundial e, principalmente, da economia chinesa que soube combater a crise do covid-19 com enorme eficiência, as exportações brasileiras podem ser por isso

beneficiadas. Claro, isso se o Governo brasileiro parar de agredir o país. Mesmo assim, vale lembrar que o agronegócio brasileiro representa apenas 5% do PIB, portanto, não é capaz de mover a economia.

De outro lado, o grande inimigo de uma retomada da economia brasileira é a obsessiva perseguição de uma solução fiscal com políticas contracionistas que o Governo Central insiste em manter. O Brasil não aguentaria mais anos de estagnação e recessão.

A manutenção das políticas de austeridade fiscal depende, em parte, do desenrolar da enorme crise política. O Governo Federal em meio ao caos que o caracteriza, assinalou com um plano de investimentos públicos, projeto massacrado dentro do próprio governo pelo ministro da economia que tem o comando e o poder para manter a política de austeridade. Tem apoio principalmente dos grandes bancos e empresas transnacionais, agora interessados na agenda de privatização.

De qualquer forma, a continuidade da crise obrigará o governo a repensar essa estratégia que tem sido suicida política e economicamente.

3. SITUAÇÃO POLÍTICA

O Brasil vive uma guerra política com grave crise institucional. A truculência do atual presidente já era conhecida, mas talvez, os grupos econômicos que o apoiam acreditassem, ou ainda acreditam, que podem controlá-lo. Não é o que vem ocorrendo na prática. O caos político se instala em meio a mais de mil mortos por dia pela pandemia da corona vírus, totalizando, até agora, quase 25 mil óbitos, supondo-se que não tenha havido subnotificação uma vez que não há testes.

A crise institucional se instalou no país desde de 2016 com o golpe. O poder judiciário e a polícia federal, foram

usados o tempo todo por interesses políticos. O distanciamento necessário dessas instituições frente às lutas políticas mostra agora os grandes problemas criados. Por isso estão desmoralizados em uma espécie de "vale tudo". A guerra política passou para dentro das instituições.

No enfraquecimento dos poderes judiciário e legislativo, para piorar, o presidente, como chefe do executivo, usa a confusão criada para reivindicar plenos poderes para si, colocando todo o tempo os outros poderes contra a parede, bem como outras instituições. Aproveita-se da fragilidade das instituições.

Seu plano truculento investe contra as ciências, as universidades, o aparato legal ambiental e destrói a estrutura de proteção social. Investe contra todos os estudos científicos e o trabalho das universidades todas as vezes que estes não corroboram com sua ação política. Tem sido assim em sua posição contra o isolamento social na pandemia, tem sido assim contra as leis de proteção ambiental, apenas para citar alguns exemplos.

A crise política se agrava ainda mais pela forma truculenta do presidente na condução da pandemia. Mais preocupado com a crise econômica que se arrastou ao longo de 2019, realiza uma guerra contra as políticas de isolamento social para a retomada das atividades, bem como contra as políticas de compensação econômica que evitariam o pior.

Dado seu estilo, quanto mais é questionado, mais eleva o tom contra seus opositores e as instituições. As elites econômicas que poderiam controlá-lo – e em parte até têm tentado – vivem em contradição porque concordam com as políticas de austeridade fiscal, privatização, cortes na legislação trabalhista e fim de controles ambientais. Talvez desaprovem a truculência, mas apoiam os resultados dessas políticas. Também se perguntam se um governo democrático conseguiria levar

à cabo tal agenda radical que ainda não se completou.

Por isso, o país está em guerra em meio a mais de mil mortos por dia. Será o pior exemplo para o mundo civilizado em meio a essa crise global. Mas talvez não desagrade a grandes interesses econômicos internos e internacionais de grandes empresas e bancos que se materializam nas políticas adotadas. Caso contrário, já teriam atuado para tirá-lo do poder como tem sido prática na América Latina.

Las opiniones vertidas en este informe son responsabilidad del autor y no representan a las instituciones individuales que integran el Círculo de Estudios Latinoamericanos -CESLA-